

Política e Seca no Ceará (1869-1905)

José Weyne de Freitas Sousa*

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre política e seca no Ceará de 1869 a 1905, a partir da consecução de um projeto baseado na utilização da mão de obra pobre e livre durante as estiagens. Nesse período a seca se tornou alvo de um debate político e técnico que envolveu importantes cientistas como os que fizeram parte da Comissão Científica de Exploração (1859-1861). As elites políticas cearenses defenderam após 1877, que a seca era um óbice ao progresso material da província. Com isso, os episódios de secas se transformaram no campo por excelência para a atuação das elites cearenses que reivindicavam recursos para as obras de combate as secas.

Palavras chaves: política, seca e progresso.

Abstract

Ceará from 1869 to 1905, starting from the attainment of a project based on the use of the hand of poor and free work during the droughts. In that period the drought became white of a political and technical debate that involved important scientists as the ones that were part of the Scientific Commission of Exploration (1859-1861). The from Ceará political elites defended after 1877, that the drought was an obstacle to the material progress of the province. With that, the episodes of droughts if they transformed in the field par excellence for the performance of the elites from Ceará that demanded resources for the combat works the droughts.

Key words: politics, drought and progress.

Introdução

Ao discutirmos a relação entre política e seca no Ceará no século XIX e início do XX não nos restringimos a esta província, em razão do problema da seca ter se tornado um problema do Norte. O Ceará desde o início da sua colonização foi atingido por secas que causaram migração e desorganização da agricultura ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Contudo, as estiagens até a seca de 1877 concorriam no quesito calamidade, com outros problemas como as enchentes e a violência. Porém, a partir dessa estiagem as secas passaram a se sobrepôr em termos de importância as demais calamidades. Isso ocorreu porque havia a pretensão do partido liberal cearense, sob a liderança do senador Pompeu, de utilizar os períodos de secas para realizar obras públicas como contrapartida pelo socorro recebido pelos

* Doutorando USP/Bolsista CNPq.

retirantes desvalidos. A partir da seca de 1877 ocorreu uma mudança no pensamento econômico cearense que deixou de acreditar na agroexportação como caminho para o progresso material, pois se passou a advogar que os recursos naturais eram instáveis e escassos.

O senador Pompeu em 1869, numa sessão do senado, defendeu que durante as secas o governo da província utilizasse a mão de obra desvalida abundante para a realização de obras públicas. Em 1878, segundo ano da dita grande seca, o aliado político de Pompeu, o senador Sinimbú, dirigiu uma mensagem a d. Pedro II com um decreto em anexo, no qual tornava oficial o aproveitamento da mão de obra disponível para a realização de obras públicas. Para a consecução desse projeto houve a aprovação de recursos utilizados para socorrer os desvalidos com alimentos e trabalho. O importante nisso tudo foi que se incluiu uma nova modalidade de socorro: o socorro público indireto. Já havia o socorro direto, mas a partir de 1877 o socorro indireto se tornou uma contrapartida para o socorro direto. Outro aspecto importante é que antes dessa seca havia duas noções antagônicas sobre a economia cearense: uma que não considerava a seca um obstáculo ao progresso material da província e da região propugnada pela Comissão Científica de Exploração (1859-1861) e outra que defendia justamente o contrário, ligada ao senador Pompeu e seus aliados.

1. Projeto Pompeu Sinimbú

Denominamos de projeto Pompeu Sinimbú a proposta feita pelo senador Pompeu em 1869 de aproveitar a mão de obra disponível para a realização de obras públicas. Mas, foi o senador Sinimbú em 1878 que por meio de uma mensagem ao rei d. Pedro II tornou o projeto oficial que preconizava que mão de obra abundante durante as secas fosse empregada na realização de obras públicas. Com isso, o fator determinante para que a seca de 1877 pudesse ser chamada de “grande seca”, alçada, portanto à condição de calamidade política foi o incentivo à migração de enormes contingentes populacionais do sertão em direção aos socorros públicos distribuídos no litoral. Com isso, o fato do processo migratório para o litoral ter sido mais intenso nessa seca que nas estiagens anteriores, resultou não apenas de um abandono natural dos domicílios, mas da consecução planejada de um projeto político encabeçado pelas elites cearenses, ligadas ao partido liberal, que visavam à equiparação, em termos de progresso material, das províncias do Norte em relação às províncias do Sul. Por isso, como observou Tomaz Pompeu Sobrinho “os efeitos de uma grande seca dependem da capacidade política, do potencial econômico, do valor moral e até de um certo e correto fervor religioso da comunidade exposta ao flagelo climático”. (SOBRINHO, 1982: 8)

Apesar de discordarmos do “certo e correto fervor religioso” da comunidade por considerarmos que este resultou de algo além da capacidade política das elites, é importante considerar que no caso do Ceará, a capacidade política das elites deu à seca de 1877-79 a condição de “grande seca”, diferenciando-as das demais elites do Norte. Durante a seca ocorreu a implementação do projeto de desenvolvimento econômico para o Norte formulado pelo Senador Pompeu, com o objetivo de equiparar as evidentes discrepâncias nos melhoramentos materiais que acirravam ainda mais as diferenças ideológicas e políticas, cindindo as duas regiões - Norte e Sul - em dois blocos antagônicos. No Ceará o esforço político de transformar a seca de 1877 numa “grande seca” foi o marco divisório entre as duas regiões do país, no que concerne ao território e a organização política. Com isso, os interesses locais e imediatos se sobrepuseram aos interesses nacionais.

2. Diferenciação entre o Norte e o Sul

Assim, antes de 1877 a principal diferença entre o Norte e o Sul, não era econômica, mas política, pois com a queda o que havia era diferenciação política. Com a queda do Ministério Zacarias resultante do desentendimento entre o político baiano Zacarias de Góes e Vasconcelos e o Imperador D. Pedro II, teve início em 1868 o gabinete conservador do visconde de Itaboraí. Essa mudança repercutiu nos cenários políticos locais favorecendo os conservadores e eclipsando os liberais. Capistrano de Abreu anotou que Zacarias até o fim da vida não perdeu ocasião para “lacerar ou morder D. Pedro II”. O Imperador por sua vez, acrescentou em tom de ironia, somente chamou os liberais ao poder apenas depois de “Zacarias bem enterrado no cemitério do Catumbi”. (ABREU, 1998: 432-445). De fato, durante esse período os políticos liberais amargaram o ostracismo de dez anos, até que em 1878 assumiu um ministério liberal presidido por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu.

As disputas eleitorais entre essas agremiações ocorriam na Câmara e no Senado, reverberando nas províncias do Norte e do Sul, envolvendo ambos os grupos em acirradas e virulentas disputas eleitorais que beiravam as raias da violência. Com isso, muitas pelepas partidárias terminavam descambando para os crimes de pistolagem e emboscadas, nos quais a faca de ponta e o bacamarte eram os instrumentos utilizados pelos dois lados. No Ceará o senador Pompeu, apesar de ser um homem ponderado e culto, recorreu repetidas vezes ao seu amigo, o visconde de Sinimbu, senador e ministro do Império, para apaziguar alguns ânimos ou afrontar outros. Em 1859 Sinimbu respondeu a uma carta de Pompeu a respeito de um pedido de mediação afirmando que faria o que estivesse ao seu alcance para corresponder à confiança com que ele e “seus amigos [lhe queriam] honrar”. (CAMARA, 1960:80). Assim,

ajudar a um amigo, parente ou protegido era parte fundamental do modo como se fazia política no Brasil oitocentista.

Saldanha Marinho, eleito senador pelo Ceará, remeteu uma carta ao Pompeu em 1863 na qual avaliava meio descontente, que até aquele momento, tinha-se lutado com o gabinete para que se tomassem em relação ao Ceará algumas medidas que trouxessem benefícios à província, mas nada se tinha conseguido. De acordo com ele se não era deliberada má vontade era a “mais estranhável das inércias”. (CAMARA, 1960:157) De fato, o Gabinete Conservador não tinha interesse em atender pedidos de parlamentares liberais. Mas, apesar dos reclames, Pompeu e seus aliados tinham grande poder político na província, a ponto de conseguirem destituir do cargo um presidente como ocorreu em 1863. Em carta entregue pelo próprio senador Saldanha Marinho, Pompeu se dirigiu ao Marquês de Olinda, então presidente do Conselho de Estado e ministro do Império, do qual obteve a promessa da demissão do presidente da província do Ceará.

A despeito do prestígio político que tinha o senador Pompeu, os conservadores como relatou o conselheiro Francisco Otaviano costumavam atacar o Ceará afirmando que aquele era o “país das barganhas e tratadas entre deputado e suplente, e como a terra onde os círculos foram regados com sangue”. (CAMARA, 1960: 27) Essa assertiva, embora não fosse restrita ao Ceará, era perfeitamente verificável quando se observava o modo como manejava a política homens da categoria do senador Alencar, tido secretamente entre os seus pares como um energúmeno, aspecto este, que ele confirmou em alguns momentos de sua carreira política.

As elites do Norte precisavam atuar, para se manterem no poder, tanto nas disputas locais entre liberais e conservadores, quanto nos embates nacionais com as elites do Norte e as do Sul em torno do aporte de melhoramentos materiais porque as elites políticas eram também econômicas ou representavam os seus interesses. A diferença era que as elites do Sul tinham o café, os escravos e o mate como mercadorias ou atividades econômicas que despertavam o interesse financeiro da iniciativa privada (sobretudo a inglesa). O surto algodoeiro que se verificou no Ceará durante a guerra de Secessão (1861 a 1865) foi um episódio que indicou duas coisas: a província precisava se modernizar para competir, e segundo, a seca era decorrente do atraso econômico e não o atraso econômico decorrente da seca.

3. A seca como projeto.

O cronista Alípio Luiz Pereira da Silva transcreveu um trecho do relatório de um ministro do Império referente ao ano de 1865, no qual se lê que “em consequência de prolongada seca que se manifestou em fins de 1864, o governo enviara para o Ceará gêneros alimentícios a fim de serem distribuídos pela população”. (SILVA *apud* ALVES, 2003: 219) Pereira da Silva deu uma explicação importante para o esquecimento dessa seca, ao afirmar que isto aconteceu principalmente pelo grande depósito de algodão que existia na província e pela alta extraordinária que esse produto obteve, devido à guerra civil norte-americana de Secessão (1861-65), que elevou o seu preço de 6 a 20 mil réis a arroba. Além disso, observou que houve uma grande venda de escravos na província, logo que o governo imperial decretou a guerra contra o Paraguai, juntamente com a baixa do câmbio que favoreceu o comércio de couros e cera de carnaúba (produtos próprios dos tempos secos).

De um ponto de vista técnico não houve seca em 1864-65, pois no primeiro ano choveu 1.097 milímetros distribuídos em 82 dias, e no segundo 1.233 milímetros distribuídos em 110 dias. (TEÓFILO, 1922: 12). Porém, na propensão do partido Liberal do Ceará capitaneado pelo senador Pompeu em utilizar os períodos de secas para a consecução do progresso material da província reside explicação para que um ministro do Império tenha enviado gêneros à província como se houvesse uma seca. Houve esforço político, mas faltaram as demais condições, assinaladas por Thomas Pompeu Sobrinho, para que a seca de 1864-65 se tornasse uma grande seca: fervor religioso, potencial econômico e balo dos valores morais, e devemos acrescentar um índice pluviométrico entre 400 e 600 milímetros.

Quatro anos depois dessa malograda tentativa política de iniciar uma seca, o Senador Pompeu no seu discurso de 5 de outubro de 1869 avaliou as diferenças materiais entre as províncias do Norte e as do Sul, dizendo “O auxílio que, há certos anos a esta parte [Sul], o Estado tem prestado às províncias para favorecer o desenvolvimento de seu progresso material, e com que muito têm aproveitado, não tocou ao Ceará”. (BRASIL *apud* NOBRE, 1989:57). Ele ensinava em seu discurso uma noção de estado que deveria promover um equilíbrio entre as províncias, ou ainda uma noção de integração, a partir da qual as províncias mais ricas e poderosas deveriam dispensar os favores do estado em prol das mais pobres. Porém, como ele mesmo constatou as mais aquinhoadas repartiam entre si os benefícios do estado, excluindo as províncias pequenas da partilha das riquezas. Essa noção ia de encontro à política imperial de investir nas províncias onde houvesse propensão ao desenvolvimento econômico.

O senador alegava em seu discurso, do alto da tribuna senatorial, que embora o Ceará e as províncias do Norte não recebessem os mesmos investimentos que as províncias do Sul, elas não eram “dispensadas do ônus, das pesadas contribuições de suor e sangue” (BRASIL *apud* NOBRE, 1989:57), referindo-se aos mais de seis mil homens mandados da província para lutar na Guerra do Brasil contra o Paraguai. Mas, ao Ceará, arrematou, dirigindo-se ao presidente do Senado, que tinha uma população livre superior a 500 mil habitantes e 116 léguas de costa marítima, não havia sido ainda concedido “um só dos grandes benefícios promotores, ou auxiliares da riqueza pública”. (BRASIL *apud* NOBRE, 1989:57) Entre os benefícios observou que faltava ao menos uma estrada de ferro ou qualquer um desses melhoramentos materiais que tendiam a auxiliar o desenvolvimento da indústria, ao passo que as outras províncias tinham extensas linhas férreas, navegação costeira e fluvial, além de outros favores desta ordem em que o estado despendia centenas de milhares de contos.

No entanto, as elites do Norte, especialmente as do Ceará, condicionaram o progresso econômico da região ao combate às secas. Para equilibrar essas diferenças materiais a seca era o caminho a ser escolhido, por isso ao se referir às estiagens de 1792 e 1825, quando o povo desanimado, emigrou em direção às praias e às cidades, principalmente à capital, concorreu para o aumento dos preços e, por conseguinte do estado de miséria. Lamentou, no entanto, que a “imprudência do governo foi de não aproveitar o serviço: cometeu o grande erro de preferir dar ao povo esmola, em vez de serviço e salário” (BRASIL *apud* NOBRE, 1989:57). Com isso, a idéia de aproveitar a mão de obra abundante já estava colocada antes mesmo da seca de 1877-79. Lamentou Pompeu que o presidente da província fosse um homem de espírito acanhado, porque “consentiu na aglomeração de dezenas de imigrantes, que durante muitos meses viveram da distribuição diária de farinha, etc”. (BRASIL *apud* NOBRE, 1989:57).

De acordo com ele, apesar disso, em geral não morreu ninguém de fome, entretanto, concluiu que embora houvesse alimentos provenientes dos socorros públicos e particulares “a aglomeração de povos em habitações insuficiente fizeram logo desenvolver moléstias, que provocaram muitas vítimas”. (BRASIL *apud* NOBRE, 1989:57) Com isso, ele constatava o efeito maléfico da aglomeração de pessoas que desencadeava doenças que terminavam vitimando a população. Sua conclusão foi que a aglomeração da população e a distribuição de esmolas na forma de farinha que possibilitaram muitos abusos e a perda de um grande capital que poderia ter sido “aproveitado em obras públicas”. (BRASIL *apud* NOBRE, 1989:57) Assim, quando eclodiu a seca de 1877 – 79 houve um esforço político para

aproveitar a mão de obra disponível em obras públicas com milhares de sertanejos empregados em serviços como a construção de açudes, pontes e estradas de ferro.

4. A SEOCS e o PSEC: Socorros Públicos indiretos

Como vimos o projeto Pompeu Sinimbú instituiu o socorro indireto (trabalho) como contrapartida pelo socorro direto (alimentos) durante as estiagens. Desse modo, de 1877 a 1888-89 os retirantes desvalidos eram socorridos sendo empregados em obras públicas. Assim o socorro indireto estava estritamente relacionado ao socorro direto. No entanto, o projeto foi evoluindo no sentido da separação entre essas modalidades de socorros. Com isso na seca de 1898, o presidente da província Nogueira Acióli passou a critica a realização de obras públicas feitas sem planos e dependentes dos períodos de secas.

Na seca de 1900, seu sucessor – Pedro Augusto Borges – levou a cabo o Plano de Socorros Estáveis e Completos (PSEC). Esse plano resultou da idéia de realizar obras públicas fora dos períodos de secas, por isso ele era estável. Já o termo “completo” se refere ao fato de que as obras iniciadas não seriam interrompidas com o fim da seca, portanto elas teriam verbas para sua completude. É importante ressaltar o debate político na Câmara e no Senado em torno do projeto de aprovação de 10 mil contos de réis do deputado cearense Francisco Sá para socorrer as vítimas da seca de 1900. Embora a seca tenha se iniciado em março o recurso somente foi aprovado em novembro. No ano seguinte choveu regularmente e a população retornou aos seus domicílios. E o que aconteceu com os 10 mil contos de réis? Esse dinheiro foi utilizado para a consecução do PSEC. Para gerir esse plano o governo criou um órgão denominado de SEOCS (Superintendência de Estudos e Obras Contra as Secas).

No entanto, devido ao desconhecimento desse passado historiadores e economistas costumam alegar que a primeira interpretação teórica sobre “as desigualdades regionais no Brasil, e possivelmente na América Latina, foi elaborada no final da década de 1950, através do famoso relatório do GTDN, escrito por Celso Furtado, em 1958”. (DINIZ, 2007:81-82). Nesse relatório Furtado mostrou empiricamente que a renda *per capita* da Região Nordeste era inferior a um terço daquela da região Centro-Sul do Brasil. No entanto, ele atribuiu ao processo de colonização a dicotomia entre o Norte e o Sul, devido ao fato da economia agroexportadora ter sido baseada no trabalho escravo, que ao demandar animais de carga e proteína animal, a economia exportadora criou sua própria periferia, no interior a ela subordinada e dependente. E por último, a organização das fazendas do semi-árido assentadas no controle da terra e numa população sertaneja sem terra e sem salário, que trabalhava sob o

regime da meação. (DINIZ, 2007: 82). Essas três características teriam impedido o processo de modernização da agricultura na região Nordeste.

De acordo com o GTDN as secas atingiam exatamente a produção de alimentos, levando a população camponesa a um quadro de miséria e fome. Por outro lado, as medidas contra as secas não permitiram mudar o quadro estrutural porque a construção de açudes não se traduzia na criação de capacidade produtiva, pois não eram usados nem para a produção de energia, nem para a irrigação. Com isso, Celso Furtado explicava o subdesenvolvimento do Norte a partir da tese cepalina do desenvolvimento desigual e dependente que ele usou para analisar o período colonial, marcado pela “plantação de produtos tropicais”, afirmando que “a Colônia estava integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores”. (FURTADO, 1967: 95).

Nesse sentido, ele atribuiu o crescimento econômico do século XIX ao comércio exterior, considerado “o setor dinâmico do sistema, é no seu comportamento que está a chave do processo de crescimento nessa etapa” (FURTADO, 1967: 95). Essa perspectiva não está essencialmente errada, mas seu calcanhar de Aquiles reside em não considerar que houve a formação de um mercado interno ligado à atividade cafeeira, que permitiu acumulação endógena, e mais que as economias do Norte prosperaram baseadas nos produtos tradicionais como a pecuária, o algodão o tabaco e o açúcar. O que queremos mostrar foi que Celso Furtado e o GTDN elaboraram um diagnóstico semelhante ao elaborado pelo senador Pompeu e os liberais cearenses antes e durante a seca de 1877. Isso nos leva a outra conclusão, a de que não houve ruptura com a criação da SUDENE, mas sim uma continuidade ou um aperfeiçoamento da política econômica já em curso desde o século XIX.

Assim, o ideal político de um estado presente na economia, sem o qual a região estaria fadada ao atraso não começou com Furtado nem com a Cepal. Ao contrário foi esse passado histórico e a pré-condição do estado como vetor do desenvolvimento que ensejou os postulados da Cepal e da SUDENE. Porém, afirma-se que Celso Furtado rompeu com a teoria econômica neoclássica, por ter defendido uma maior participação do estado na economia e por ter ido buscar na história a explicação para o subdesenvolvimento brasileiro. Os postulados da Cepal são de 1940 e em 1936 John Maynard Keynes publicou a Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro, obra que verdadeiramente rompeu com os postulados neoclássicos. Dificilmente Furtado poderia ter se inspirado nele. Porém, acredito quando ele próprio afirmou que sua teoria se deve ao fato dele ter nascido na Paraíba de cara para o subdesenvolvimento. De acordo com ele o subdesenvolvimento não era uma etapa do

desenvolvimento, mas um produto específico do sistema capitalista. O problema é que ele ao privilegiar a explicação histórica se reportou a história geral do processo de descolonização após a Segunda Guerra Mundial como um momento do capitalismo mundial. Porém, o que Furtado desconsiderou foi a história local (interna) da região Nordeste.

Com isso, Celso Furtado e o GTDN não representaram a primeira tentativa de elaborar uma explicação teórica e técnica sobre as desigualdades entre o Norte e o Sul do Brasil, pois como vimos o estado como pré-condição ao progresso do Norte já estava posta no século XIX. No entanto, como percebeu Francisco de Oliveira, a singularidade do pensamento de Celso Furtado está na “conjunção de um pensamento para a ação”. (OLIVEIRA, 1986:150). Um pensamento e uma ação que representou a continuação de uma proposta estabelecida pelo senador Pompeu após a seca de 1877.

Considerações Finais

A relação entre política e seca no Ceará teve início com a política de combate às secas iniciada em 1877, ano da chamada grande seca. Depois desse período foi crescente o envolvimento dos governos na construção de obras públicas como açudes, pontes e estradas de ferro. No entanto, as elites políticas, sobretudo as liberais, ao defenderem que a seca era um óbice ao progresso da região atribuíram ao estado o papel de promover o progresso material da província e, com isso, constituiu-se no Norte (depois Nordeste) uma política de desenvolvimento pautada na ingerência estatal. Nesse sentido, o relatório - Uma política de Desenvolvimento para o Nordeste - de Celso Furtado não representou o primeiro esforço teórico de interpretação da desigualdade entre o Norte e o Sul, mas ao revés seguiu o caminho traçado pelos liberais cearenses em 1877, que estabeleceram a escassez de recursos como um óbice ao progresso material da província.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. “Fases do Segundo Império”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1998.

ALVES, Joaquim. *História das Secas. (séculos XVII a XIX)*. Ed. fac. símile. – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

CAMARA, José Aurélio Saraiva (org.). Carta do Visconde de Sinimbu, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1859. *Correspondência do Senador Pompeu*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1960.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, COELHO, Francisco da Silva. (orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.

FURTADO, Celso. *Uma política de Desenvolvimento para o Nordeste*. Recife: SUDENE, 1958.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAES, Reginaldo et. ali. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SALDANHA, Nelson. *História das Idéias políticas no Brasil*. Brasília (Senado Federal), Conselho Editorial, 2001.

SOBRINHO, Tomaz Pompeu. *História das Secas (Século XX)*. 2a ed. Coleção Mossoroense, vol. CCXXVI, 1982.

TEÓFILO, Rodolfo. *História das Secas no Ceará. (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.